



Ricardo Abramovay

Ricardo Abramovay nasceu em 1953. Formou-se, em 1974, em Filosofia pela Université de Paris X, França. Fez mestrado em Ciência Política na USP e doutorado em Sociologia na Unicamp, além de quatro pós-doutorados na França, realizados na Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP); no Centre International de Recherches Agronomiques pour le Développement (CIRAD); na École des Hautes Études en Sciences Sociales e na Université de Versailles St. Quentin en Yvelines (UVSQY). Recebeu o prêmio de melhor tese de doutorado no Concurso Nacional da Anpocs em 1991. Em 1999, concluiu sua livre-docência na USP. É professor titular do Departamento de Economia da FEA e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP. É um dos animadores do grupo de trabalho de Sociologia Econômica da Anpocs. Pertence à coordenação do Programa de Pesquisa de Movimentos Sociais, Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial do Rimisp (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, do Chile) e do IDRC (International Development Research Center, do Canadá). Sua pesquisa organiza-se em torno da participação social nos processos localizados de desenvolvimento e apóia-se nas principais correntes teóricas contemporâneas da Sociologia Econômica. Esta entrevista foi realizada em junho de 2005.

*Fale sobre sua formação.*

Eu fiz a graduação em Filosofia em Nanterre, na França, por imensa afinidade com Michel Marois, um professor do último ano do curso secundário, que concluí em Paris. Muito próximo à filosofia de Sartre, ele estava completamente apaixonado por Carlos Marighella, cujo livro tinha sido recém-traduzido para o francês. A idéia de que “a ação faz a organização”, o impressionante voluntarismo que marcava as idéias de parte da esquerda na época, era verdadeiramente encantador. Fui para a França muito jovem por razões políticas e lá tive a sorte de participar de grupos de estudo voltados tanto à teoria marxista como a análises da sociedade brasileira. Voltando ao Brasil, ingressei no mestrado na Política da USP, com o saudoso Braz José Araújo, e fui trabalhar na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) com um grupo de mestrandos do Museu Nacional, orientados por Moacir Palmeira, Lygia Sigaud, Beatriz Heredia. Foi um banho de realidade brasileira, pois o trabalho abrangia diversas regiões do interior do país. Foi lá, e graças ao convívio com estes colegas, que entendi a importância do trabalho de campo para as Ciências Sociais. Minha área de pesquisa era o sudoeste do Paraná, região sobre a qual fiz meu mestrado e à qual sou muito ligado até hoje.

*Então o trabalho de pesquisa estava muito vinculado a uma atividade militante?*

Sem dúvida. Em função desta pesquisa no Paraná, tornei-me, em 1978, assessor da Comissão Pastoral da Terra do Paraná e pude conhecer muito de perto o extraordinário trabalho cultural desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base. Meu primeiro artigo científico (publicado no derradeiro número da revista *Civilização Brasileira*, de 1981) chama-se “Cristãos e marxistas: aqui e agora”. O artigo descreve o imenso alcance social do trabalho pastoral da Igreja e, ao mesmo tempo, sua base filosófica central: a ilusão de que as idéias da teologia da libertação — produzidas em verdadeiros laboratórios de pesquisa teológica em vários lugares da América Latina e difundidas por meio de aparatos poderosos que vão dos padres aos ministros da eucaristia, passando por toda a estrutura hierárquica da Igreja — nada mais eram que a tradução imediata das idéias do próprio povo. E é interessante como esta ilusão está presente até hoje em várias dimensões dos trabalhos políticos animados por pessoas oriundas das Comunidades Eclesiais de Base, particularmente de dentro do PT.

*Ao mesmo tempo, isso conduziu você a uma abordagem muito crítica da maneira como os marxistas encaravam a questão agrária.*

Esta crítica é parte importante na formação da minha geração. A idéia de que o desenvolvimento capitalista da agricultura deveria levar à extinção social do camponato escondia — sob um verniz aparentemente radical — um ponto de vista cético, derrotista, altamente prejudicial para os que procuravam atuar na organização destas populações. Isso incidia diretamente sobre a própria maneira de se encarar a oportunidade e a importância estratégica da reforma agrária no Brasil. Se os protagonistas sociais da reforma agrária estavam fadados ao desaparecimento e não tinham condições de competir com grandes empresas capitalistas, qual o sentido de preconizar que a eles se atribuíssem terras, créditos e tecnologia? Esta questão tornou-se crucial para minha geração. Tive o privilégio de tornar-me representante em São Paulo da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), no início da “Nova República”, e participar de muitos debates públicos e acadêmicos com esta questão em mente. Não era possível defender a reforma agrária apenas sob o ângulo dos interesses dos que por ela seriam imediatamente beneficiados. O fundamental era mostrar que atribuir ativos a seus protagonistas não representava uma volta ao passado, não exprimia simplesmente a resposta a um movimento de resistência, mas sim uma proposta de melhor organização — inclusive sob o ângulo econômico — da agricultura e do meio rural.

*É por isso que em sua tese você utiliza a expressão “paradigmas” no título?*

É. No Brasil apresentava-se como sinal de progresso e desenvolvimento justamente aquilo que havia sido superado nos países avançados: as fazendas de grande extensão territorial que contavam fundamentalmente com o trabalho assalariado. Entendia-se como resquício do passado uma categoria social de grande vitalidade nas atividades produtivas e na ocupação do espaço. Daí a idéia de “agricultor fa-

miliar”, em contraposição a noções até então na moda como “produtor de baixa renda”, “produtor de subsistência” ou “pequeno produtor”. Existem particularidades referentes à própria divisão técnica do trabalho na agricultura e a sua submissão à natureza, que permitem a uma família — desde que dotada de uma superfície suficiente e com meios técnicos adequados — afirmar-se em mercados competitivos, muitas vezes em vantagem com relação a fazendas que se apóiam sobre o trabalho assalariado. Por mais que a importância da agricultura na riqueza social — e a importância do trabalho agropecuário na ocupação de mão-de-obra — tendam a declinar, a experiência histórica dos países avançados mostra que são os agricultores familiares que se mantêm como a principal força social produtiva. A orientação da Nazareth Wanderley — que tem uma boa experiência de campo no Brasil e conhece a agricultura européia — foi, neste sentido, muito importante para mim.

### *E qual a consequência desta constatação?*

A mais importante é que ela oferece um fundamento econômico — meu colega José Eli da Veiga fez uma abordagem histórica fundamental deste tema — para a própria idéia de reforma agrária. A noção de “agricultura familiar” reúne aquilo que a sabedoria econômica ortodoxa teima em separar: equidade (acesso à terra a famílias de produtores) e eficiência (capacidade competitiva destas famílias). Foi muito importante, neste sentido, ultrapassar uma discussão bizantina sobre a natureza capitalista ou não dos estabelecimentos agropecuários. O mais importante era o ambiente econômico em que estes estabelecimentos estavam inseridos. O campesinato caracteriza-se por um ambiente social de mercados incompletos e imperfeitos, de dominação clientelista e personalizada. Mas a supressão deste ambiente conduz a um resultado paradoxal: as características sociais do campesinato desaparecem (é neste sentido que o sociólogo francês Henri Mendras fala em “fim dos camponeses”), mas não as formas familiares de produção, que podem até encontrar oportunidades de afirmação em novos mercados que vão sendo criados.

### *Qual a relação disso com políticas públicas e particularmente com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ?*

É impressionante como a expressão “agricultura familiar” tomou conta do vocabulário acadêmico, sindical e das próprias políticas públicas. O Pronaf exprime justamente a tentativa de fortalecer um segmento social que tem uma contribuição produtiva importante e que pode afirmar-se em ambientes competitivos. Quando voltei de dois anos de pós-doutorado na França em 1995 — onde trabalhei sobre a Política Agrícola Comum na Fondation Nationale des Sciences Politiques — o movimento sindical de trabalhadores rurais enfrentava temas inéditos, que não mais se referiam apenas à luta pela terra ou à luta por melhores salários e tinham por base uma formulação estratégica nova: a de um projeto de desenvolvimento em que a expansão da agricultura não fosse sinônimo de esvaziamento social do meio rural. Isso levantava uma questão que ia muito além da agricultura e que era, na verdade, de civilização: junto com Ignacy Sachs redigi um documento para a Conferência Habitat II chamando a atenção para a importância das regiões interioranas no processo de desenvolvimento contemporâneo. A agricultura é um setor econô-

mico, mas o meio rural é um valor, representa certa forma de vida, certa relação com a natureza que as sociedades contemporâneas têm todo o interesse em desenvolver. E, de fato, nos países desenvolvidos, a importância das regiões rurais é crescente nos dias de hoje, como procuro mostrar em *O futuro das regiões rurais*, coletânea de artigos publicada em 2003.

*Então, em termos de trajetória intelectual, você sai da filosofia, começa a fazer os estudos agrários envolvido inclusive com uma questão de militância política e hoje tem trabalhado com Sociologia Econômica.*

*Como você explica essa trajetória intelectual?*

O ponto de partida está no estudo das formas sociais que adquirem os mercados. O ensino de microeconomia tem um item voltado a este tema, as “formas de organização dos mercados”. No livro *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* eu procuro mostrar a coerência entre o que a microeconomia chama de mercados incompletos e imperfeitos e as condições sociais que permitem a existência deste tipo de mercado. Foi uma junção de microeconomia com Antropologia. Sob o ângulo intelectual, isso incitava a pergunta fundamental: o que são mercados? Esta pergunta é ainda mais importante porque nem a economia neoclássica nem a economia marxista estudam concretamente, empiricamente como se organizam os mercados. Se a gente quiser entender as sociedades contemporâneas e as diversas categorias sociais que emergem dessas sociedades, temos que ter uma compreensão refinada do que significam mercados sob o ângulo sociológico. O prêmio Nobel de Economia, Douglass North, tem uma frase lapidar neste sentido: a economia neoclássica não estuda a categoria central sobre a qual ela mesma se apóia: o mercado. Ela supõe mercados, mas não os estuda concretamente, empiricamente.

*Aí é que entra a Sociologia Econômica?*

Exato. Mercados não são apenas pontos de encontro entre oferta e demanda. São, antes de tudo, estruturas sociais, laços permanentes que envolvem dominação de indivíduos e grupos sociais. Na maior parte das vezes a pobreza e a opressão não se explicam pela atuação das misteriosas “forças de mercado”, mas ao contrário, pela incapacidade de os grupos dominados participarem de mercados promissores, nos quais possam afirmar suas capacidades. As mais interessantes e consistentes experiências de transformação social que tenho visto a partir dos trabalhos de movimentos sociais — o Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) no Sudoeste do Paraná, a fábrica de Sisal da Associação dos Produtores Familiares do Estado da Bahia (Apaeb), por exemplo — passam exatamente por aí, pela conquista daquilo que o sociólogo norte-americano Neil Fligstein chama de “habilidades sociais na construção de mercados promissores para os que estão em situação de pobreza”.

*Você fala de um projeto emancipatório alternativo à revolução?*

Mudança social em democracia é sempre como trocar os pneus do carro com o carro em movimento. O Banco Mundial reconhece que sem o acesso a alguns ativos decisivos — terra, crédito, educação, tecnologias, oportunidades de mercado

— é forte o risco de que o crescimento econômico pouco beneficie os que estão na base da pirâmide social. Trabalhos de vários economistas brasileiros como Ricardo Paes de Barros, por exemplo, mostram que sem distribuição de renda, o crescimento econômico pode ser lento no combate à pobreza. Ora, aí o tema decisivo é o das condições institucionais que podem fazer com que esta atribuição de ativos — e de poder — tenha efeitos construtivos.

### *Como assim?*

Se a atribuição de ativos aos mais pobres (sobretudo terra, crédito e tecnologia) não for acompanhada de incentivos inteligentes, bem-construídos, o tiro pode sair pela culatra. De certa maneira, é o que acontece hoje em boa parte dos assentamentos que têm problemas evidentes de sustentabilidade e de custos. Existem duas possibilidades de encarar esses problemas. Uma é constatar problemas da tentativa de fazer uma coisa conceitualmente errada, que é entregar terra na mão de gente pobre, o que não daria certo porque, como a agricultura é muito competitiva e exige altos investimentos, essas pessoas nunca poderão afirmar-se em mercados importantes. Esta é uma visão. A visão que eu tentei formular é diferente. Unidades de produção agropecuária com o tamanho correspondente à capacidade de trabalho de uma família podem ser competitivas. Se elas não são bem-sucedidas dentro dos assentamentos é porque os mecanismos de incentivo aos atores individuais são profundamente equivocados.

### *Um problema de eficiência?*

Mais que isso, uma questão ética muito importante e que marca também a obra de Amartya Sen: por que os pobres rurais têm direitos aos quais os pobres urbanos não têm acesso? O fato de serem mais organizados é suficiente para legitimar estes direitos? Eu comecei a me colocar essa questão quando iniciei o trabalho com microcrédito, em que há montagem institucional voltada para o que nós poderíamos chamar de cadeia de responsabilidades: a atribuição do ativo crédito está ligada a um projeto viável que se traduz na capacidade de pagamento do tomador. É o caso do Crediamigo, do Banco do Nordeste, em que o agente de crédito gere uma carteira e é premiado ou punido em função de seu desempenho. A organização como um todo também é avaliada em função disso. A saúde financeira da carteira não é um preceito neoliberal e sim a expressão de que os recursos puderam converter-se em geração de renda e vitória (ainda que parcial) na luta contra a pobreza. As políticas públicas brasileiras estão contaminadas pela noção de “dívida social”. Mas se sou credor de uma dívida, a obrigação do devedor é me pagar, e a mim, credor, cabe não mais que o direito de receber. Abole-se a idéia de responsabilidades dos indivíduos, ainda que pobres. Nos assentamentos isso é nítido: embora os movimentos sociais sejam decisivos, não é razoável que eles (e não as famílias dos assentados) sejam os reais protagonistas. As políticas sociais brasileiras não fortaleceram a noção de contrato, de compromissos.

### *De responsabilização?*

Daí a importância do trabalho de Amartya Sen, o autor que consegue fazer uma

valorização dos indivíduos ao mesmo tempo em que estuda profundamente as condições sociais que determinam sua situação. Por isso seu trabalho é muito importante para a Sociologia Econômica porque, de certa forma, ele apresenta uma das soluções para o grande debate da teoria sociológica entre ação e estrutura, entre interesses individuais e grandes estruturas coletivas. Numa vertente distinta dessa de Sen, a Sociologia Econômica também se apóia fortemente no esforço de juntar estruturas sociais e interesses, o que está presente de maneira nítida na obra não só de Richard Swedberg, mas também de Pierre Bourdieu.

*O que é um sociólogo? O trabalho do sociólogo é também o de um planejador social?*

Um sociólogo se define por duas coisas básicas: em primeiro lugar pelo reconhecimento da intransparência do mundo: não como traço histórico de certa sociedade, mas como característica inerente à vida social, em qualquer circunstância e em qualquer dimensão. O ponto de partida do sociólogo é que a realidade social é obscura e, mais que isso, que a realidade social tem um paralelo importante com a realidade emocional: ela é feita de forças que, permanentemente, escondem dos atores seu verdadeiro conteúdo e o faz aparecer sob formas surpreendentes. Não é sem razão que Bourdieu se apóia tanto em Freud! No fundo, o sociólogo, ao menos na linhagem em que fui formado, é um praticante da filosofia da suspeita. A segunda dimensão é que explicação sociológica sempre envolve — mesmo quando se estudam as organizações dos movimentos sociais voltados à conquista da igualdade — formas de dominação social. Eu me lembro que Vilmar Faria (ele e José de Souza Martins foram meus melhores professores) dizia em aula que a intervenção dos sociólogos em campo mereceria uma supervisão semelhante àquela existente na psicanálise.

*Mas por quê?*

O psicanalista, exatamente como o sociólogo, trabalha com uma interpretação do mundo a partir de elementos que são muito pouco visíveis, aos quais ele é levado pelo estabelecimento de uma série de relações e de pressupostos. É muito importante que o sociólogo seja capaz de pensar a sua relação com as populações junto às quais está trabalhando, tanto quanto o psicanalista tem que pensar sua relação com o paciente para poder de fato ajudá-lo. E, fora da tradição antropológica, a tradição sociológica dificilmente faz isso. Muitas excelentes organizações não-governamentais formam seus quadros dando-lhes recursos para interpretar a realidade e auxiliar na organização social, mas quase nunca os formam para que tenham uma atitude crítica, reflexiva, na relação que mantêm com o público junto ao qual atuam. Além disso, um elemento para mim muito importante na Sociologia (que se inspira em Marx) é a associação entre a dimensão cognitiva e a dimensão emancipatória da atividade intelectual. A Sociologia na qual eu me reconheço, é uma Sociologia em que a dimensão e as conseqüências éticas do conhecimento objetivo estão sempre presentes. É muito curioso dizer isso quando fazemos Sociologia Econômica, porque podemos ter a impressão de que os mercados são campos em que a ética não pode estar presente, caso contrário os indivíduos não vão nego-

ciar, mas fazer caridade. Mas justamente o que a Sociologia mostra é que, por serem estruturas sociais, os mercados são devedores, tributários da maneira como a sociedade e o próprio Estado se organizam: essas estruturas sociais que são os mercados têm sim componentes e conseqüências éticas, políticas decisivas na sua organização. Esta é a principal conseqüência ética e política da noção tão badalada de *embeddedness*, a “imersão” da economia na vida social, expressão com que Mark Granovetter marca o início da chamada “Nova Sociologia Econômica”: se a economia fosse uma esfera autônoma da vida social, seu bom funcionamento deveria apoiar-se no respeito a suas supostas leis próprias, que não deveriam sofrer qualquer tipo de interferência. Ao denunciar o mito desta autonomia e estudar a inserção dos mercados na vida social, a Sociologia Econômica mostra como eles dependem totalmente do Estado, das organizações, das leis, dos costumes e que, portanto, devem responder a preceitos de natureza ético-normativa. Isso é muito importante no estudo de um tema atualíssimo que é o da responsabilidade ambiental e social das empresas.

*E de que maneira esta visão se reflete nos trabalhos de assessoria que você faz junto a movimentos sociais?*

Eu sempre digo a meus amigos das cooperativas — como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), — que o oxigênio que nós respiramos na universidade se chama crítica. Portanto, eu não estou lá para fazer apologia de uma causa, não é essa minha função. É óbvio que se eu tivesse um sentimento contrário a esta causa, essas pessoas não me chamariam para conversar com elas. Ou me chamariam uma vez a cada cinco anos para ter o ponto de vista de alguém com o sentimento oposto. Mas eu acho perfeitamente possível que esse sentimento de afinidade, que só pode ser definido em termos muito vagos, possa compatibilizar-se com uma reflexão realmente crítica. Com relação aos assentamentos, por exemplo, levei adiante uma reflexão junto a certos movimentos sociais organizados em relação ao fato de eles estarem envolvidos numa dinâmica altamente perversa. Eles têm interesse em produzir acampamentos para fortalecer as suas bases, mas para produzir acampamentos é necessário oferecer aos indivíduos um horizonte verossímil de assentamento. Portanto, esse é um estímulo institucionalizado para que o assentamento não seja feito a partir da pergunta: será que isso aqui vai dar certo? Será que essa ação de desenvolvimento que eu estou fazendo vai fazer com que esse indivíduo daqui a dois anos esteja melhor, autônomo, independente, de cabeça erguida? Essa pergunta — que é a pergunta que o agente de microcrédito é institucionalmente obrigado a fazer — não se coloca na política de assentamentos. O que se impõe é: eu preciso dar vazão ao fluxo de acampados chegando a certo número de assentamentos. Do lado do governo é a mesma coisa. O governo precisa assentar certo número de pessoas.

*Para aliviar a tensão?*

Não exatamente. Não podemos esquecer que a estrutura de distribuição da propriedade da terra é um dos tripés em que os clássicos das Ciências Sociais brasilei-

ras — Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, por exemplo — se apóiam para caracterizar nossa formação. A distribuição deste ativo — terra — pode ser um meio importante para o desenvolvimento brasileiro. Só que, institucionalmente, as coisas estão desenhadas de tal maneira que o governo precisa, antes de tudo, produzir um número de famílias assentadas. Isso produz uma absurda e monótona guerra de números em torno da quantidade de assentados, como se isso fosse parâmetro de uma boa política. Além disso, esta lógica produz uma situação pré-republicana. O governo não assenta a partir da relação contratual que ele estabelece entre a política e os indivíduos. O governo assenta a partir de um loteamento das oportunidades de assentamento entre movimentos sociais. O que significa, e isso sim é pré-republicano, que o acesso do indivíduo a um direito público, que seria o direito à terra — um bem que a sociedade está oferecendo a quem preenche determinadas condições e, que, portanto, deveria ser universal ou ser proporcionado a partir de critérios universais — não é dado a partir desses critérios. Como é que isso acontece na prática? Só se consegue ser assentado se aderir a um movimento. Por mais que os movimentos sejam uma força social importantíssima, o formato institucional da política propicia clientelismo, captura, e não contém mecanismos que sinalizem aos indivíduos e aos grupos que o uso ineficiente dos recursos não é desejado pela sociedade.

*É corporativista e atrapalha, pois monopoliza a entrada...*

Nós vivemos numa lógica em que o Estado atrai o movimento social no que ele tem de pior. Em vez de empurrá-lo para que seja um elemento de transformação das realidades locais, ele puxa o movimento social para que fortaleça a capacidade que o Estado tem de distribuir recursos. Mas de distribuir recursos de maneira não a estimular processos de desenvolvimento, mas como um fim em si. E este não é um problema do governo Lula (já vem do governo anterior) e nem só do Brasil: é um dos aspectos mais dramáticos da situação dos movimentos sociais contemporâneos, conforme estou constatando na pesquisa “Movimentos sociais, governança ambiental e desenvolvimento territorial” que levo adiante com colegas de outros três países latino-americanos (México, Equador e Peru). Então, a lógica da política social não está pautada pela pergunta: “Estamos promovendo situações emancipatórias em que as pessoas poderão mudar a qualidade de sua inserção social, de seus vínculos com os outros e exprimir socialmente suas capacidades?”. As políticas não se pautam por avaliação em que se poderá verificar se essas situações emancipatórias foram ou não produzidas. A lógica da política é: eu vou atingir tal público e para atingi-lo conto com certa clientela que se organiza pela formação de conselhos, que na verdade acabam sendo uma espécie de correia de transmissão da própria política governamental. Acho importante salientar que Raul Jungmann, quando titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário — nosso mestre Juarez Brandão era um de seus principais assessores — tentou romper com esta lógica, procurando implantar novos métodos de escolha para os dirigentes do Inca e iniciar um processo de avaliação dos assentamentos. Mas é impressionante a resistência que, tanto as organizações ligadas aos assentados e acampados, como os próprios funcionários do Inca, opunham a estas tentativas.

*Você é um sociólogo trabalhando num departamento de Economia.*

*Qual a sua experiência neste sentido junto a seus alunos e colegas?*

A Sociologia Econômica tem maior audiência junto aos administradores que aos economistas nos dias de hoje. Ela se desenvolve, antes de tudo, em escolas de negócios, por parte de professores que fazem pesquisas empíricas sobre comportamentos de empresários e de mercados. As melhores revistas científicas de administração citam e acolhem os estudiosos de Sociologia Econômica, o que não ocorre com as de economia. Há uma razão de fundo para isso. A Sociologia Econômica é extremamente crítica em relação aos pressupostos básicos da teoria neoclássica, mas seu vigor é muito menor na construção de alternativas teóricas robustas a esta teoria. Por um lado, existe uma vertente importante que aceita as bases teóricas da economia neoclássica e se propõe a examinar suas condições de funcionamento. O trabalho de Richard Swedberg vai mais ou menos nesta direção. Por outro lado, há uma corrente — a meu ver mais interessante — da qual a expressão intelectual mais importante nos Estados Unidos é Neil Fligstein, que aplica a teoria bourdieusiana dos campos ao estudo dos mercados. Fligstein mostra que a vida econômica não é um leilão permanente em que indivíduos atomizados estabelecem entre si relações efêmeras e se voltam a quem pagar melhor o que vendem e a quem cobrar menos pelo que compram. Ao contrário, a preocupação básica dos indivíduos e das empresas é estabilizar os laços com fornecedores e clientes de maneira a evitar os efeitos destrutivos que o funcionamento dos mecanismos de preços exerce sobre suas relações. É uma sociologia que se apóia sobre uma ambiciosa teoria da ação. Não é apenas uma maquiagem da boa e velha economia política.

*Mas esta lealdade entre indivíduos não é incompatível com a própria idéia de mercado?*

E aí está o interesse da idéia. Numa fábrica de microfones, o empresário não vai comprar a cerâmica de quem vender melhor, mudando permanentemente de fornecedor conforme oscilam os preços. Ele tem um contrato, e este contrato não precisa ser formalizado, hierarquizado. Mudar de fornecedor por uma alteração de preços desestabiliza o horizonte de trabalho da própria empresa. Mark Granovetter inaugura a chamada “Nova Sociologia Econômica” com um texto crítico às idéias da nova economia institucional de Williamson, segundo as quais existe hierarquia nas relações contratuais, mas que o mercado concorrencial é formado por forças atomizadas e sem vínculos permanentes entre si. A partir daí a Sociologia Econômica difere, no plano teórico, da visão do mundo social, da economia institucional. Mesmo que não haja um contrato, que possa ser cobrado na Justiça, o que existe são laços informais de fidelidade e de lealdade, que transformam a idéia do automatismo do mercado numa ficção. E o interessante é que por aí se resgata uma dimensão ética decisiva: os mercados não estão acima da vida social, não são uma esfera autônoma que pode funcionar segundo uma lógica que os imunize da influência social. Ao contrário, os mercados dependem inteiramente das forças sociais e da organização política, eles devem ser estudados sob um ângulo político-cultural. Se isso é verdade, então a sociedade e o Estado têm muito a dizer sobre a maneira como se organizam e as conseqüências de suas dinâmicas.

*Como você definiria o papel de um intelectual crítico hoje no mundo globalizado sob hegemonia americana, onde a utopia socialista está tão seriamente enfraquecida?*

A palavra crítica deve ser encarada sob duas dimensões. Em primeiro lugar ela exprime o julgamento sobre certa forma de organização social, julgamento ao qual as Ciências Sociais jamais podem renunciar e que lhes dá sentido. Mesmo que a crítica seja “resignada” (como diz Gabriel Cohn a respeito de Weber) ou revolucionária, o cientista social está sempre exaltando certas situações, denunciando outras e fazendo propostas. Eu tenho o sentimento de que minha geração é a última que se formou a partir da idéia — de inspiração hegeliana e marxista — de que existem recursos intelectuais para se compreender as leis básicas da vida social de maneira integrada, coerente, organicamente articulada: a idéia de que a verdade é o Todo. A compreensão do mundo social, sob esta perspectiva, é, ao mesmo tempo, a crítica a sua própria forma de organização e nela está embutido um horizonte de mudança, de emancipação em direção a algo cujo conteúdo pode ser conhecido cientificamente. Isso acabou: Weber tinha anunciado o fim deste horizonte há quase cem anos e Isaiah Berlin o reitera em sua reflexão magnífica sobre o papel da utopia na civilização ocidental. E é claro que a segunda metade do século XX é marcada também por uma forte crítica do próprio marxismo a este horizonte e pela recuperação das idéias de Gramsci que, neste sentido, são muito importantes. O risco desta constatação — e do desencantamento nela embutido — é que se caia numa perspectiva intelectual cínica em que a crítica social deixe de fazer parte do próprio *ethos* do cientista social. Mas eu não acho que esta perspectiva seja inevitável nem dominante nas Ciências Sociais contemporâneas. A perplexidade em que nos encontramos diante de questões elementares referentes à nossa relação com a natureza e aos nossos laços sociais são mais férteis que a convicção de que podemos possuir chaves de leitura que nos permitam compreender a essência — e o destino — da vida e da organização sociais.

*E a segunda dimensão da crítica?*

Ela se refere à própria maneira como o trabalho científico se organiza e exige, portanto, uma abordagem não só epistemológica, mas sociológica. Da mesma forma que a economia, a ciência não é uma esfera autônoma da vida social, ela está inserida na vida social. O cientista está permanentemente em relação orgânica com a sociedade. A qualidade de sua produção se traduz não só na avaliação que recebe dos pares, mas na sua repercussão social mais ampla. É interessante a evolução da Sociologia da Ciência, neste sentido. Se os trabalhos pioneiros de Robert K. Merton mostraram como a ciência constrói organizações e um *ethos* pelo qual ela se protege contra a influência social que tenta permanentemente desnaturá-la, a tendência atual é enfatizar uma outra dimensão. A inserção social da produção científica é um elemento que estimula a melhoria de sua qualidade e não algo que a corrompe. Para mim este tema tornou-se muito importante quando tive a honra de chefiar o Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da USP e atuar, nesta condição, como conselheiro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a FIPE. Existe, na universidade, o mito de que os recursos priva-

dos corrompem a pureza da pesquisa que deve ser financiada exclusivamente com dinheiro público, sob pena de que sua própria orientação esteja comprometida com os interesses privados e não responda às exigências básicas de objetividade. O que eu pude perceber, ao contrário, é que a relação com o mundo social enriquece o horizonte da pesquisa. No meu caso, esta relação se dá muito mais com movimentos sociais. Mas para muitos colegas ela acontece com empresas, para outros com associações e assim por diante. A existência de organizações científicas de avaliação — revistas, projetos no CNPq e na Fapesp — é evidentemente a base da preservação da qualidade científica. O importante, porém, é que, como diz Bruno Latour, a sociedade faz bem à ciência. O comprometimento com interesses sociais não é o avesso da cientificidade.

### *Sem torre de marfim?*

Exato. O cientista é hoje, antes de tudo — segundo a visão latouriana — o gestor de redes cujos nós são os financiadores públicos e privados, a opinião pública, a imprensa, as organizações da sociedade civil, os sindicatos e, sobretudo, nossos próprios colegas, que julgam, nas comissões a que pertencemos, a qualidade de nossos trabalhos. A idéia de que existe um mundo puro do financiamento público e do julgamento somente pelos pares (capaz de garantir a capacidade crítica) e um outro poluído por interesses desta coisa chamada mercado (que é quando os interesses privados financiam, contaminam e aniquilam a capacidade crítica da pesquisa) é a idéia que as *science studies* procuram superar ao estudar empiricamente a inserção social da ciência. Por aí você vê que uma compreensão sociológica dos mercados — que consiste em encará-los como estruturas sociais e não como entidades demoníacas que corrompem tudo o que tocam — é fundamental para falarmos até da atual crise da universidade pública no Brasil.

### *Você acha que a Sociologia, no Brasil, está em crise em relação à Ciência Política?*

Eu tenho muita dificuldade de lidar com essas divisões disciplinares no interior das ciências do homem e da sociedade. Eu não consigo entender estas divisões entre Antropologia, Ciência Política e Sociologia, as divisões são sociologicamente compreensíveis como expressão de interesses de certos grupos, mas elas não se sustentam sob o prisma epistemológico. Os grandes clássicos das Ciências Sociais não podem ser classificados segundo esta divisão.

É neste sentido que Ralf Dahrendorf criticou a “linguagem dos paradigmas” nas Ciências Sociais, denunciando o risco de perda de sua unidade básica que é a compreensão do que fazemos na nossa vida social. Acho que não é excesso de otimismo — foi o tema de um artigo que publiquei na revista *Tempo Social* em 2004 — considerar que um dos traços mais importantes das Ciências Sociais contemporâneas é que começam a se borrar várias das fronteiras que, até pouco tempo atrás, pareciam intransponíveis entre disciplinas. Em Economia, por exemplo, o fato de os prêmios Nobel comumente concedidos a pensadores institucionalistas (Ronald Coase, Douglass North) terem sido entregues a alguém como Amartya Sen ou a Kahneman (um psicólogo que por meio da “economia experimental” contesta pre-

missas decisivas do *mainstream* do pensamento econômico) é um sinal extremamente positivo sob esta perspectiva.

### *E a Sociologia, está em crise?*

Francamente não tenho este sentimento. Para usar um critério de Karl Popper, pode-se dizer que conhecemos mais e melhor o mundo em que vivemos hoje do que há vinte anos, tanto internacionalmente como no Brasil. O surgimento de questões novas e interessantes e de pesquisas empíricas relevantes em que se apóiam é constante, quer se trate das novas tecnologias da informação e do *mangue-beat* aos estudos sobre pobreza, passando pelos estudos sobre a estrutura política do país. É bem verdade, como bem assinala José de Souza Martins, que temos certa orfandade com relação a nossos grandes autores Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Celso Furtado. Acontece que o volume da produção científica atual e a quantidade de talentos que se afirmaram nos últimos anos impedem que tenhamos hoje novas referências consagradas e definitivas nas quais possamos apoiar nosso trabalho intelectual. Isso não é necessariamente ruim, pois nos obriga a caminhar na direção daquilo pelo qual Karl Popper caracterizava a própria ciência: a busca permanente do sentido teórico do que estamos fazendo e a transformação de nossa pesquisa empírica num instrumento para que possamos permanentemente colocar em dúvida as convicções teóricas que animam nosso trabalho intelectual. É claro que estas dúvidas são e têm que ser muito mais importantes no plano científico do que elas podem ser no plano ético. Eu acho que é um trunfo — e não um atraso, como alguém inspirado em Thomas Kuhn poderia dizer — o fato de que se você perguntar a cinco sociólogos o que é sociedade terá, certamente, cinco respostas diferentes. Isso não quer dizer que vale tudo ou que se trata de ecletismo. Quer dizer que a construção teórica em Sociologia é de natureza indutiva, o que abre um caminho extraordinário para que os dados cumpram a função crítica de nos obrigar a duvidar de nossas convicções adquiridas.

### PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

- 1983 *O que é fome?* São Paulo: Brasiliense.
- 1992 *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo: Hucitec/Edunicamp.
- 1998 *Juventude e agricultura familiar (et. al.).* Brasília: Unesco.
- 2001 *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar (et al.).* Brasília: Edições NEAD/MDA.
- 2001 *Razões e ficções do desenvolvimento (org.).* São Paulo: Edusp/Edunesp.
- 2002 *Construindo a ciência ambiental (org.).* São Paulo: Annablume.
- 2003 *O futuro das regiões rurais.* Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- 2004 *Laços financeiros na luta contra a pobreza (org.).* São Paulo: Fapesp/Annablume.